

**O ENSINO SUPERIOR COMO TERRITÓRIO COLONIZADO PELOS PROCESSOS DE FINANCEIRIZAÇÃO <sup>1</sup>**

HIGHER EDUCATION AS A TERRITORY COLONIZED BY FINANCIALIZATION PROCESSES

LA EDUCACIÓN SUPERIOR COMO TERRITORIO COLONIZADO POR PROCESOS DE FINANCIARIZACIÓN

Luciene Araújo<sup>1</sup> 0000-0002-1509-8587

Antonio Jorge Gonçalves Soares<sup>2</sup> 0000-0001-7769-9268

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Natal, Rio Grande do Norte, Brasil; assistente.luciene@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; ajgsoares@gmail.com

**Resumo:**

O artigo parte da hipótese de que a financeirização da educação superior na região ibero-americana, a partir da década de 1990, representa uma reconfiguração profunda do campo universitário, associada aos processos de privatização e à difusão dos princípios do Estado neoliberal, sustentados pelos parâmetros e orientações das agências internacionais que operam como mediadoras dos interesses do grande capital. O objetivo central é analisar as dinâmicas de financeirização em países da região, evidenciando de que forma esse fenômeno sustenta e reorganiza a privatização da educação superior. Do ponto de vista metodológico, o estudo realiza uma revisão sistemática de literatura, que constituiu o corpus analítico. Os resultados indicam que o tema ainda carece de investigações sistemáticas na região: apenas Brasil e Chile apresentam produção acadêmica consistente entre 2020 e julho de 2025, com destaque majoritário para as contribuições brasileiras. As análises revelam que a financeirização do mercado acadêmico emerge como tendência de expansão dos grupos educacionais privados de capital aberto em bolsas de valores, fenômeno que redefine o papel da universidade, da formação científica e da produção de conhecimento, convertendo-os em ativos do capitalismo contemporâneo.

**Palavras-chave:** mercado; financeirização; educação superior; região Iberoamericana.

**Abstract:**

This article starts from the hypothesis that the financialization of higher education in the Ibero-American region, from the 1990s onwards, represents a profound reconfiguration of the university field, associated with privatization processes and the diffusion of neoliberal state principles, supported by the parameters and guidelines of international agencies that operate as mediators of the interests of big capital. The central objective is to analyze the dynamics of

<sup>1</sup> Esse texto compõe essa seção temática, que integra o Projeto de Pesquisa financiado pelo MCTI/CNPq – Edital n. 16/2004, intitulado *Educação Superior e os processos de privatização na América Latina*, coordenado pela professora Dra. Alda Maria Duarte Araújo Casto (UFRN/UFPB).

financialization in countries of the region, highlighting how this phenomenon sustains and reorganizes the privatization of higher education. From a methodological point of view, the study involved a systematic literature review, which constituted the analytical corpus. The results indicate that the topic still lacks systematic investigations in the region: only Brazil and Chile present consistent academic production between 2020 and July 2025, with a majority emphasis on Brazilian contributions. Analyses reveal that the financialization of the academic market is emerging as a trend of expansion for private educational groups with publicly traded shares on stock exchanges, a phenomenon that redefines the role of the university, scientific training, and knowledge production, converting them into assets of contemporary capitalism.

**Keywords:** market; financialization; higher education; Ibero-American region.

### **Resumen:**

Este artículo parte de la hipótesis de que la financiarización de la educación superior en la región iberoamericana, desde la década de 1990 en adelante, representa una profunda reconfiguración del campo universitario, asociada a los procesos de privatización y la difusión de los principios estatales neoliberales, sustentada en los parámetros y directrices de organismos internacionales que operan como mediadores de los intereses del gran capital. El objetivo central es analizar la dinámica de la financiarización en los países de la región, destacando cómo este fenómeno sustenta y reorganiza la privatización de la educación superior. Desde un punto de vista metodológico, el estudio implicó una revisión sistemática de la literatura, que constituyó el corpus analítico. Los resultados indican que el tema aún carece de investigaciones sistemáticas en la región: solo Brasil y Chile presentan una producción académica consistente entre 2020 y julio de 2025, con un énfasis mayoritario en las contribuciones brasileñas. Los análisis revelan que la financiarización del mercado académico se perfila como una tendencia de expansión para los grupos educativos privados con acciones que cotizan en las bolsas de valores, fenómeno que redefine el papel de la universidad, la formación científica y la producción de conocimiento, convirtiéndolos en activos del capitalismo contemporáneo.

**Palabras clave:** mercado; financiarización; educación superior; región iberoamericana.

## **Introdução**

Os processos de financeirização no ensino superior decorrem de um contexto global de ressignificação da esfera financeira no entremeio das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e no papel do Estado pós-crise da década de 1970. Com isso, as transformações societárias, econômicas e políticas confluem para o redimensionamento da esfera produtiva de forma a intensificar a exploração da força de trabalho, valorizar o capital e expandir a lógica financeira.

Cabe destacar duas grandes mudanças decorrentes desse contexto. A primeira é a reestruturação produtiva que molda as relações de trabalho com base na flexibilidade, na polivalência e na captura da subjetividade do ser social. A segunda é a financeirização do capital, que não apenas promove a fusão entre capital financeiro (bancos) e o industrial, mas também intensifica a constituição de capital fictício para o investimento especulativo nas bolsas de valores.

Essas mudanças são consolidadas em meio à contrarreforma do Estado, resultando em processos de mercadorização dos direitos sociais e desmonte das políticas públicas. É nesse contexto que o ensino superior se estabelece como um território colonizado pela financeirização. Essa colonização é impulsionada por duas dinâmicas centrais: de um lado, o mundo do trabalho substitui as exigências de especialização rígida do modelo taylorista-fordista pela multifuncionalidade e polivalência características do Toyotismo (Antunes; Pinto, 2017); Do outro, o desmonte das políticas públicas, especialmente na área da educação, transforma o conhecimento em uma mercadoria privilegiada de dupla função: é uma necessidade da classe trabalhadora para se inserir no mercado e, simultaneamente, um produto altamente rentável devido a essa mesma necessidade.

Nessa esteira, deduz-se que há um ciclo de duplo lucro matizado pela exploração do trabalho. Este ciclo assegura taxas de lucro com a venda do conhecimento pelas instituições privado-mercantis, e a extração de mais-valia na compra da força de trabalho com valor agregado. Tais processos se expressam de formas distintas e apresentam alcances peculiares a depender da posição econômica e política ocupada pelo País.

À vista disso, o objetivo do presente artigo é analisar a financeirização do ensino superior em países da região Ibero-americana para evidenciar como se estrutura a privatização desse nível de ensino. Metodologicamente, foi realizada uma revisão sistemática que após todo processo de filtragem resultou num total de 08 artigos científicos indexados na base de dados Scopus. Esta revisão sistemática está situada no percurso metodológico desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa Educação Superior e processos de privatização na Iberoamérica<sup>2</sup>, financiado pela chamada pública nº 16/2024 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Sumariamente, a discussão problematiza a financeirização do capital enquanto marco para entender a financeirização do ensino superior; em seguida, apresenta a metodologia utilizada para a construção do *corpus* de artigos analisados; adiante, evidencia as expressões da financeirização no ensino superior a partir das produções estudadas. Por fim, apresentamos as considerações finais.

---

<sup>2</sup> O projeto de pesquisa é coordenado pela prof.<sup>a</sup> dr.<sup>a</sup> Alda Castro (UFRN), e objetiva analisar a configuração da privatização da educação superior em países da Iberoamérica entre eles, Portugal, Espanha, Peru, Argentina, Brasil e Chile, identificando os principais fatores que influenciam esse processo em cada contexto histórico.

## Financeirização do capital

A estabilidade do sistema, vivenciada pós-Segunda Guerra Mundial a partir das políticas keynesianas e do modelo taylorista-fordista, é quebrada entre 1973 e 1979, quando a crise se aprofunda impulsionada pelo aumento do preço do petróleo, pela quebra das bolsas de valores e pela desvinculação do dólar em relação ao ouro. Esses fatores marcaram o início de uma onda longa regressiva, distinta das anteriores por configurar uma crise estrutural do capital, momento em que o sistema atinge o limite de sua capacidade de expansão sem possibilidade de sustentação minimamente humanizada com os custos do estado de bem estar<sup>3</sup>.

No contexto da Guerra Fria, em que a disputa por poder ultrapassava os limites econômicos e políticos, assumindo também um caráter ideológico, o capital buscou recompor suas bases de valorização. A resposta a essa crise estrutural, deflagrada nos anos 1970, deu-se por meio de uma reorganização global do sistema, assentada em um tripé composto por reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização (Netto; Braz, 2012). Essa nova configuração inaugurou um período em que o capital passou a subordinar integralmente o trabalho e a vida social à lógica da acumulação financeira, redefinindo o papel do Estado, as formas de produção e as relações de trabalho sob a hegemonia do mercado.

Articuladas e implementadas no mesmo tempo-espço, podem ser sintetizadas da seguinte maneira: a reestruturação produtiva molda-se sob os aspectos da flexibilização da produção e das relações trabalhistas, personificação das mercadorias e da coisificação do ser social, da automação e do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), da microeletrônica e da nanotecnologia (Netto; Braz, 2012; Antunes, 2018). Acrescenta-se a mundialização do capital via desterritorialização das empresas, a interação econômica entre países sob o discurso de globalização (Antunes, 2018; Chesnais, 2001), o qual escamoteia os interesses do grande capital em expandir-se para todas as dimensões da vida social e esferas do globo.

As prerrogativas do neoliberalismo orientam aos Estados a reduzirem sua intervenção na área social, e ampliá-la na área econômica de forma a favorecer a expansão do mercado mediante a criação de condições favoráveis para a obtenção de maiores lucros, flexibilização das relações mercantis, desregulamentação das barreiras fiscais e dos direitos trabalhistas, abertura nacional ao capital estrangeiro. Estas são as linhas mestras de intervenção do Estado

---

<sup>3</sup> No caso brasileiro nunca tivemos um Estado de bem estar pleno para a classe trabalhadora, apenas avançamos lentamente a partir dos governos de Getúlio Vargas com algumas proteções sociais (sistema de previdência, sistema de saúde e a lenta expansão da educação básica pública) que hoje vão sendo corroídas pelas pautas do neoliberalismo.

neoliberal sob o comando da personificação do capital nos organismos internacionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A financeirização, enquanto estratégia de sobrevivência do capital, se realiza por meio do capital fictício, em decorrência do capital portador de juros e de serviços e produtos financeiros (Netto; Braz, 2012). Além disso, no âmbito do Estado, o fundo público será elemento estrutural para garantir volumosos montantes de recursos a serem disponibilizados ao grande capital (Salvador, 2012). O estado assume, ainda que não seja declarado escancaradamente, o papel de apoio e suporte à expansão do capital e dos mercados em detrimento de seu papel de promotor, financiador e operador de políticas de justiça social.

Dessa maneira, a financeirização produz um hiato entre a esfera da produção e a esfera da extração da mais-valia, em que se constrói a percepção equivocada que o dinheiro se transforma em capital de forma desvinculada da exploração da força de trabalho. Em outras palavras, o ciclo D-M-D<sup>4</sup> é distorcido e a produção de mercadorias é retirada de cena. O dinheiro é visto como automatizado com capacidade de se autorreproduzir e se autotransformar em capital, tornando invisíveis as relações de exploração, opressão e violação de direitos às quais são submetidos diversos segmentos da classe trabalhadora.

O capital fictício é utilizado na compra de ações e investimentos com o objetivo de angariar lucros pela simples aplicação financeira. Nessa mesma linha de obtenção de lucros, os empréstimos e cartões de crédito são mecanismos que estimulam o consumo por parte da classe trabalhadora, se apropria de parte do seu salário transferindo-o para as instituições bancárias em forma de juros, e dar vazão ao ciclo de endividamento das(os) trabalhadoras(es).

Por conseguinte, a dívida pública desempenha papel de escoamento do fundo público para o grande capital de forma a destinar os recursos orçamentários para o pagamento das taxas, juros e serviços de rolagem da dívida (Salvador, 2012; Brettas, 2012). A problemática se agrava quando se observa que as taxas e os juros são determinados sob a influência da oligarquia financeira, que impõe aos Estados-nação a adoção de políticas fiscais orientadas para garantir o cumprimento de seus compromissos financeiros, subordinando as decisões econômicas ao interesse do capital rentista.

Na contramão do fortalecimento do Estado democrático de direito, há o direcionamento do fundo público por diversas vias como: superávit primário; isenções fiscais e tributárias que solapam a arrecadação de impostos para o fundo público (Sposati, 2018); perdão de dívidas

---

<sup>4</sup> **D** = Dinheiro (capital inicial); **M** = Mercadoria (ou meios de produção + força de trabalho); **D'** = Dinheiro acrescido de mais-valia (ou seja,  $D + \Delta D$ ).

bilionárias de empresas privadas; parcerias público-privadas. Soma-se as estas vias o repasse de robustos montantes de recursos públicos para os bancos responsáveis pela gerência e pagamento dos benefícios socioassistenciais, trabalhistas e previdenciários.

O presente cenário de capitalismo financeiro e neoliberal produz o desmonte das políticas sociais, a mercadorização e mercantilização dos direitos sociais, a privatização do setor público, a desmobilização política da sociedade civil, dentre outras estratégias que esvaziam o Estado democrático de direito que atua de forma diminuta, insuficiente e precária na área social e de proteção as suas populações. Este debate geral acerca da financeirização constitui a base para compreender como esse processo se manifesta na educação superior - ponto de discussão a seguir.

### **Financeirização do ensino superior**

A discussão aqui tem como partida a análise da produção científica publicada no arco temporal de 2020 a junho de 2025, nas bases de dados Scopus e Scielo. As bases foram utilizadas para um levantamento maior da metodologia de pesquisa adotada no projeto Educação Superior e processos de privatização na região Ibero-americana, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGED/UFRN).

O artigo em tela tratou exclusivamente da base de dados Scopus, no arco temporal delimitado. Os termos de busca foram utilizados em inglês, tendo em vista o reduzido número de retorno quando utilizados em português. Referente aos critérios de exclusão, foram elencados: artigos duplicados na combinação de termos; títulos que remetiam a outro nível de ensino; artigos fora do escopo do debate da financeirização; estudos sobre países que não compõem a região Ibero-americana. Em relação aos critérios de inclusão, foi estabelecido artigos e ensaios que se referiam diretamente a temática da financeirização do ensino superior.

Para a realização da pesquisa na base de dados, foram utilizados os seguintes filtros: Ano: 2020-2025; Idioma: português, espanhol e inglês; Produção científica: artigo original ou ensaio; Tipo de acesso: aberto; Área: ciências sociais. As referências foram organizadas em pastas criadas no software Zotero com a finalidade de separá-las a partir dos descritores, uma vez que cada um deles possuem tendências específicas que se expressam no objeto estudado. Para auxiliar na seleção e exclusão, foi utilizada a ferramenta de inteligência artificial

NotebookLM<sup>5</sup> como estratégia para evitar fugas da temática. A etapa de sistematização consistiu nas seguintes fases:

1ª fase: exclusão dos repetidos, dos títulos que abordavam outro nível de ensino e de países de outras regiões geográficas;

2ª fase: leitura dos títulos e resumos em busca da afinidade dos conceitos utilizados nos descritores;

3ª fase: identificação dos países da região Iberoamericana;

4ª fase: seleção dos artigos (originais ou ensaios) que discutiram o objeto de estudo nos países participantes da pesquisa com acesso aberto.

As combinações das palavras-mãe com os descritores estão no Quadro 1, a seguir:

**Quadro 1** - descritores, palavras-mãe e combinações.

DESCRITORES	PALAVRAS-MÃE		COMBINAÇÕES
Financeirização	Ensino Superior Educação Superior Universidade	AND	- Financeirização
Mercantilização e Privatização			- Mercantilização - Privatização - Mercantilização AND privatização
Parceria Público- Privada			- Parceria público-privada - Parceria público AND privada - Parceria AND público AND privada
Regulação, Controle e Avaliação			- Regulação - Controle - Avaliação - Regulação AND controle AND avaliação

Fonte: elaboração própria (2025).

Por conseguinte, foram listados todos os títulos que apareceram na pesquisa para, após, ser realizada a exclusão conforme os critérios pré-definidos, conforme se verifica no Quadro 2.

<sup>5</sup> Esta ferramenta também foi utilizada para fornecer um resumo das temáticas abordadas em cada descritor a partir dos títulos dos artigos.

**Quadro 2** - quantitativo de artigos de acordo com os descritores.

Descritores	Total	Repetidos	Únicos	Excluídos	Selecionados	Países
Financeirização	35	06	<b>29</b>	20	09	01 – Chile 07 – Brasil 01 – Mundial
Mercantilização e privatização	305	72	<b>233</b>	198	35	01 – Argentina 10 – Brasil 08 - Chile 01 - Espanha 02 - Portugal 05 - Peru 01 - Chile e Peru 03 - Colômbia 01 - Equador 01 - México 02 – A. Latina
Parceria público-privada	93	10	<b>83</b>	74	09	01 – Colômbia 05 – Brasil 03 – Espanha
Regulação, controle e avaliação	1.549	383	<b>1.166</b>	1.043	23	03 – Chile 06 – Brasil 03 – Espanha 01 – Peru 01 – Portugal 01 – Costa Rica 02 – Equador 04 – México 01 – Venezuela 01 – Cuba, Chile, Espanha, Equador, Nicarágua e Costa Rica
<b>Total:</b>	<b>1.982</b>	<b>471</b>	<b>1.511</b>	<b>1.434</b>	<b>76</b>	58 sobre os países do projeto de pesquisa 05 repetidos entre os descritores 01 não possui acesso aberto (Portugal), logo serão <b>52 para análise</b>

Fonte: elaboração própria (2025).

Para a presente discussão, foram considerados as produções sobre financeirização relacionadas aos países participantes do projeto de pesquisa supramencionado, de acordo o constante no Quadro 3:

**Quadro 3** - informações dos artigos selecionados no descritor financeirização (08).

AUTORES	TÍTULO	REVISTA	ANO
José Joaquín Brunner; Liliana Pedraja-Rejas; Julio Labraña Vargas	<i>Capitalismo académico: distinciones conceptuales y procesos contradictorios a propósito del caso chileno</i>	Bordón. Revista de Pedagogía	2020
Cristina Helena Almeida de Carvalho; Edson Machado de Sousa Filho; Isabella de Araujo Goellner; Nayana Rosa Freire; Claudio Roberto Amitrano	Financeirização da educação superior privada no Brasil: expansão dos cursos de medicina nos grupos de capital aberto (2013–2022)	Educação e Sociedade	2024
Cristina Helena Almeida de Carvalho; Raimundo da Silva Lima	Estratégias e movimentos dos grandes grupos privados de ensino superior de capital aberto entre 2007 e 2021	Revista Brasileira de Educação	2024
Ana Lara Casagrande; Alessandra Maieski; Katia Morosov Alonso	As contingências e condições objetivas da “eadização” do ensino superior presencial	Educação e Sociedade	2022
Andréa Araujo do Vale	Trabalho docente no setor privado do ensino superior e reforma trabalhista: destruição de direitos e precarização da vida	Arquivos de Análise de Políticas Educacionais	2020
Luiz Fernandes Dourado; Karine Nunes de Moraes; Romilson Martins Siqueira	Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização	Educação e Sociedade	2024
Eduardo Santos	Da geopolítica das potências à geopolítica do conhecimento: financeirização e epistemologias de mercado na educação superior brasileira	Revista Lusófona de Educação	2020
Maria Caroline Cavalcante dos Santos; Maria Edilene da Silva Ribeiro	Expansão do Ensino a Distância: a Universidade Pitágoras Unopar sob a lógica da financeirização	Práxis Educativa	2024

Fonte: elaboração própria (2025).

O Quadro 4 sistematiza essas informações conforme o resumo de cada trabalho:

**Quadro 4** - objetivo e metodologia dos artigos selecionados (08).

TÍTULO	OBJETIVO	METODOLOGIA
<i>Capitalismo académico: distinciones conceptuales y procesos contradictorios a propósito del caso chileno</i>	<i>“En este artículo exploramos la polisemia del concepto de “capitalismo académico” en la literatura especializada y presentamos un marco analítico para analizar sus distintas dimensiones, el cual se usa a continuación para observar el desarrollo reciente de la educación superior chilena”.</i>	<i>“análisis bibliométrico de la literatura especializada sobre capitalismo académico en inglés, español y portugués y se efectúa un análisis de contenido con el objetivo de identificar las distintas comprensiones del capitalismo académico”.</i>

Financeirização da educação superior privada no Brasil: expansão dos cursos de medicina nos grupos de capital aberto (2013–2022)	“O foco deste trabalho consiste na expansão dos cursos de medicina, que apresentam o maior ‘ticket médio’ do mercado, ou seja, valores de matrículas e mensalidades bem superiores aos dos demais cursos, com baixa desistência e inadimplência”.	Pesquisa bibliográfica e documental, bem como de análise de dados quantitativos
Estratégias e movimentos dos grandes grupos privados de ensino superior de capital aberto entre 2007 e 2021	“tem como foco a análise de quatro deles — Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima Educação — que têm em comum o capital aberto na bolsa de valores brasileira (ex-BM&F Bovespa, atualmente B3)”.	“A pesquisa é de natureza documental e bibliográfica, bem como envolve a coleta e a análise de dados quantitativos e o uso de estatística descritiva”.
As contingências e condições objetivas da “eadização” do ensino superior presencial	“Analisar o processo de ‘eadização’ do Ensino Superior brasileiro”.	Ensaio. Análise de documentos do Ministério da Educação e produções acadêmicas
Trabalho docente no setor privado do ensino superior e reforma trabalhista: destruição de direitos e precarização da vida	“Apresentar e debater as implicações da dita Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) para o trabalho docente nas instituições de ensino superior (IES) privadas brasileiras”.	“Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, com consulta ao banco de leis do Senado Federal, e, ainda, consulta a fontes secundárias, como notícias e informações do Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP), e dos sindicatos patronais, como a Associação Brasileira das Mantenedoras de Educação Superior (ABMES) e o Fórum das entidades Representativas do Ensino Superior Particular (FERESP)”.
Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização	“Analisar o processo de flexibilização regulatória e a expansão da esfera privada na oferta do EaD mediada pela financeirização”.	Revisão não sistemática
Da geopolítica das potências à geopolítica do conhecimento: financeirização e epistemologias de mercado na educação superior brasileira	“Busca estabelecer os nexos geopolíticos que estão a produzir a reconfiguração político-institucional do sistema federal de educação superior brasileiro, com foco em sua acelerada financeirização e desnacionalização, concluindo pela identificação de aspectos conducentes a sua adequação a epistemologias de mercado”.	Revisão não sistemática

Expansão do ensino a distância: a Universidade Pitágoras Unopar sob a lógica da financeirização	“Analisar a expansão do Ensino Superior a distância da Universidade Pitágoras Unopar sob a lógica da financeirização”.	Levantamento bibliográfico, com abordagem qualitativa e análise documental.
---	--	---

Fonte: elaboração própria (2025).

Na sequência, apresenta-se a análise dessas produções, realizada após a leitura integral dos textos.

## **Expressões da financeirização no ensino superior: Brasil e Chile**

A sistematização dos trabalhos, como mencionado anteriormente, foi realizada na base de dados Scopus e resultou, após a filtragem, em 08 artigos sobre o descritor financeirização. Destas produções, 07 analisavam o avanço das empresas educacionais no Brasil e 01 analisou a constituição do capitalismo acadêmico no Chile.

*A priori*, o conjunto das produções evidencia o processo de privatização da educação superior atrelada às orientações dos organismos internacionais para os países periféricos. A mercadorização e a privatização da educação transformam a lógica do direito dos cidadãos e cidadãs ao acesso à educação para a lógica do consumo no mercado educacional, onde impera a oferta educacional sob dois pilares fundamentais: a constituição de oligopólios e a orientação toyotista.

O Toyotismo esteve relacionado ao processo de organização (e controle) do trabalho em meio à reestruturação produtiva<sup>6</sup> nos anos de 1990. Este sistema de trabalho inova ao propor a despadronização dos produtos e procedimentos especializados antes padronizados no sistema fordista-taylorista. A flexibilidade da produção de mercadorias acarretou a personalização dos produtos conforme a demanda particular e o poder aquisitivo da clientela. Isto significou a diversificação do mercado para assegurar a expansão e valorização do capital - integrando os setores de bens e serviços -, bem como a necessidade de a classe trabalhadora ampliar os seus conhecimentos para atender às novas exigências do mundo do trabalho (Antunes; Pinto, 2017). Vejamos a constituição desse cenário e as implicações para o ensino superior no Brasil e no Chile.

---

<sup>6</sup> A reestruturação produtiva, o neoliberalismo e acumulação flexível constituíram o tripe de estratégias utilizadas pelo capital para retomar as margens de lucros no cenário da crise do petróleo (década de 1970), desvinculação do dólar ao ouro (Netto; Braz, 2012).

## O debate brasileiro sobre a financeirização do ensino superior

No Brasil, embora a reivindicação por acesso ao ensino superior preceda a década de 1990, é neste marco temporal que se estabelece a contradição entre a norma legal que reconhece a educação como um direito e a intensificação da privatização do setor, impulsionada pela lógica do Estado mínimo.

Nesse cenário geral, a questão se impõe: como relacioná-lo com a orientação do Toyotismo na organização do trabalho, o avanço da privatização e da financeirização da educação superior? Ao considerar, de um lado, a legítima demanda por conhecimento, embora voltado para a venda da força de trabalho, e, por outro, a insuficiente oferta pelo Estado, o setor privado consolida um mercado educacional que atende a necessidade de obter um diploma e o poder aquisitivo de cada cliente. Ou seja, produtos e serviços para todos os tipos de bolsos.

Está intrinsecamente relacionado a este cenário o avanço das tecnologias de comunicação e informação, que são incorporadas ao processo formativo universitário e cumprem o papel de possibilitar o acesso por sujeitos historicamente excluídos e de rebaixar os valores das mensalidades.

Da junção personalização dos produtos e serviços, tecnologias para ampliar o alcance da empresa, e redução do Estado na oferta de educação superior pública, decorre a constituição de oligopólios com amplo leque de produtos e serviços educacionais voltados, majoritariamente, para os grupos em situação de vulnerabilidade.

Isto significa que, no discurso de democratização da educação superior, o Estado brasileiro estabelece incentivos fiscais para as empresas educacionais, desregulamenta e flexibiliza a abertura de novos cursos e instituições, bem como assegura suas margens de lucro com programas de bolsas e crédito educativo. Com isso, essas empresas possuem acesso ao fundo público, ampliam a implantação de novas instituições, expandem seus cursos e constroem oligopólios por meio de fusões e aquisições. Segundo Carvalho e Lima (2024, p. 18):

A educação superior privada lucrativa encontra-se reduzida a termos como fusões, aquisições, abertura de capital, ticket médio, segmento premium e ensino híbrido [...]. O MEC não realiza nenhuma regulação desse mercado, cujo segmento concentra a maior parte das matrículas, instituições e cursos, deixando a atribuição da regulação econômica concorrencial ao CADE, como qualquer outro setor da economia brasileira.

A oligopolização do setor educacional é o principal vetor da financeirização da educação superior, que trata da participação das empresas educacionais na bolsa de valores. De acordo com Carvalho e Lima (2024, p. 04), há três abordagens distintas de financeirização: “i. a financeirização vista como um novo regime de acumulação; ii; a abordagem do *shareholder value*<sup>7</sup>, voltada para a remuneração do acionista; e iii. a financeirização do dia a dia, geralmente relacionada à capacidade de crédito e ao endividamento das famílias”.

Adiante, explicam que a financeirização da educação superior adota, em suas análises, a abordagem *shareholder value*: “em outras palavras, trata-se da financeirização das empresas educacionais de capital aberto, uma vez que as atividades desses grupos são voltadas majoritariamente para a remuneração do acionista, seja na forma de distribuição de dividendos, seja mediante a valorização acionária” (Carvalho; Lima, 2024, p. 04).

Como consequência, prioriza-se o gerenciamento das instituições para atender os interesses dos acionistas, enquanto é secundarizada a formação pedagógica de qualidade com compromisso social (Andrade, 2023 *apud* Dourado; Moraes; Siqueira, 2024). Nesse ínterim, os oligopólios educacionais trabalham fundamentalmente para os acionistas demonstrando como geram dividendos para seus investimentos; por outro lado, os estudantes consumidores desse serviço geram receitas para as empresas educacionais pagando os cursos com seus salários ou financiados parcialmente pelos fundos públicos: Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Financiamento Estudantil (Fies).

As mudanças legislativas e as políticas de financiamento federal destinadas à iniciativa privada possibilitaram uma ampliação significativa das matrículas em IES com finalidade de lucro. O marco histórico foi o ano de 2007, com a abertura do capital de quatro empresas educacionais na bolsa de valores brasileira (Carvalho; Lima, 2024, p. 05).

O aumento do capital das empresas educacionais decorre diretamente do volume de matrículas que concentram, o que lhes permite ampliar sua competitividade no mercado financeiro e elevar o valor de suas ações nas bolsas de valores. O retorno ao investidor revela-se mais seguro por se tratar de uma mercadoria que articula dimensões objetivas e subjetivas da vida social, isto é, o desejo de ascensão por meio da educação, sustentado pelo discurso meritocrático que transforma o direito coletivo em conquista individual e desresponsabiliza o Estado quanto à garantia efetiva desse direito. Ainda conforme Carvalho e Lima (2024, p. 05),

---

<sup>7</sup> Segundo Carvalho e Lima (2024, p. 06), trata-se de um “ethos corporativo que orienta a atuação da empresa no sentido de ter como objetivo principal garantir o retorno financeiro dos investidores institucionais”.

“além da abertura de capital na bolsa de valores (IPO), o processo de financeirização dessas empresas ocorreu por meio de fundos *private equity*<sup>8</sup>”.

Nesse contexto, a oligopolização da educação superior tem como estratégia primordial a expansão da Educação a Distância (EaD), pois essa demanda menos investimentos em mão de obra e em infraestrutura. Em sua totalidade, os artigos levantados destacam que a estratégia de formação em EaD é um dos principais ativos na valorização das empresas no mercado de ações. O capitalismo sempre age na direção de baixar, reduzir ou ser isento de impostos numa ponta e na outra tenta reduzir custos com infraestrutura e insumos (Wallerstein, 2007).

Nessa linha de pensamento, o artigo intitulado “Expansão do Ensino a Distância: a Universidade Pitágoras Unopar sob a lógica da financeirização” de Santos e Ribeiro (2024), problematiza a desregulamentação da EaD mediante à restrição da avaliação da instituição a sede, bem como a oferta dessa modalidade de ensino sem a obrigatoriedade do ensino presencial. Como consequência, o aumento das matrículas é proporcional a abertura de polos sem estrutura física e de recursos humanos, e sem experiência com o ensino presencial. Santos e Ribeiro (2024, p. 13), destacam que:

[...] essa grande participação no setor educacional a distância se deu pelas atividades no mercado de Bolsa de Valores do grupo Kroton/Cogna no Ensino Superior privado-mercantil. Para expandir mais seu mercado, a Kroton/Cogna utiliza estratégias de marketing para fortalecer o EaD e atrair novos estudantes, com criações de plataformas digitais, tais como: o Canal Conecta; Kroton Learning System 2.0; e o EaD Premium.

Outro mecanismo utilizado na estratégia de mercado é a valorização de marcas conhecidas, como é o caso da Unopar em que o oligopólio Kroton/Cogna utiliza esta marca para a expansão das matrículas.

Dourado, Moraes e Siqueira (2024) aprofundam a discussão sobre a flexibilização regulatória e a expansão da EaD no artigo “Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização”. A análise do objeto de estudo inicia demarcando a presença da EaD no sistema de ensino brasileiro: de 1996 a 2006 - “estruturação como modalidade da educação [...] e o processo de credenciamento de instituições de educação superior para a oferta de cursos de graduação”; de 2007 a 2015 – “crescimento da oferta pública e privada de cursos de graduação”; a partir de 2016 - “processo de naturalização da flexibilização normativa pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Conselho Nacional

---

<sup>8</sup> Forma de investimento com capital privado realizado diretamente para a empresa e ocorre fora do mercado de ações.

de Educação (CNE) e um crescimento intenso da oferta privada” (Dourado; Moraes; Siqueira; 2024, p. 09).

De acordo com Dourado, Moraes e Siqueira (2024, p. 11), o “crescimento vertiginoso da oferta de educação superior na modalidade a distância efetiva-se alinhado ao macrocontexto de financeirização, na qual a EaD passa a ser operada por grandes conglomerados financeiros que agem de forma predatória, fundindo e ampliando o comércio da educação”. Entende-se que a forma predatória dos conglomerados financeiros pode ser explicada a partir de sua problematização na educação pública:

Isso afeta a educação pública e seus processos, sobretudo quando suas dinâmicas são agravadas pelo aprofundamento das reformas neoliberais que caminham no sentido da redução do Estado nas políticas sociais, e, ao mesmo tempo em que se expande o capital, por meio da apropriação do fundo público, complexificam-se os processos de privatização, desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista – engendrando novos processos de gestão, financiamento, regulação e avaliação. Estamos falando, portanto, do atravessamento do projeto financeiro no campo da educação (Dourado; Moraes; Siqueira, 2024, p. 11).

Acrescentam, ainda, que a apropriação do fundo público pelo setor privado no processo de financeirização ocorre por duas formas:

Seja por meio de financiamento direto ao estudante, seja por meio da concessão de bolsas via renúncia fiscal, a oferta de programas do governo federal mantidos com fundo público, como o Fies e o Prouni, vem favorecendo e retroalimentando o processo de aquisições e fusões de instituições privadas por meio do aquecimento e consolidação do mercado educacional privado-mercantil (Bianchetti; Sguissardi, 2017 *apud* Dourado; Moraes; Siqueira, 2024, p. 15).

A flexibilização regulatória foi impulsionada pela Portaria n.º 1.428/2018 que possibilita o cumprimento de 40% da carga de horária de cursos de graduação presenciais via EaD, excetuando apenas o curso de medicina. Adiante, a diplomação pela modalidade a distância aumenta o capital na bolsa de valores, pulveriza os cursos EaD, reduz a mensalidade e aumenta a relação aluno-professor baixando de sobremaneira os custos com mão de obra.

Por sua vez, Casagrande, Maieski e Alonso (2022), no estudo intitulado “As contingências e condições objetivas da ‘eadização’ do ensino superior presencial”, identificam que a expansão da educação a distância decorre, sobretudo, de dois fatores principais: a migração de estudantes que poderiam ingressar em cursos presenciais noturnos e a redução das mensalidades, favorecida pela ampla oferta de vagas no setor privado de EAD. Os autores denominam esse processo de “eadização”, entendendo-o como expressão direta da

mercantilização e da financeirização do ensino superior, “pois extrapola a questão do trabalho potencializado pelas TD [Tecnologias Digitais] para, antes, privilegiar o eixo business. Isso fica evidente quando observamos a ampla participação do setor privado na formulação dos decretos, em detrimento do setor público” (Casagrande; Maieski; Alonso, 2022, p. 12).

Esta crítica evidencia a arena de disputas de interesses privados e políticos no direcionamento do projeto de educação, aqui em específico o caso brasileiro. A cultura universitária formativa sofre um processo de reconfiguração que prioriza a formação para “constituir o indivíduo competitivo, orientado em competências e habilidades cujas origens e aplicabilidades estão nos mercados e cujo objetivo essencial é gerar empregabilidade... para um mundo sem empregos” (Santos, 2020, p. 148).

Na mesma linha de pensamento, Santos (2020), no artigo “Da geopolítica das potências à geopolítica do conhecimento: financeirização e epistemologias de mercado na educação superior brasileira”, apresenta a análise dos contornos transnacionais na incorporação do conhecimento para a produção do mais-valor.

Entendemos resultar do processo regulatório transnacional dirigido pelos atores globais (*players*) da economia e da política (Teodoro, 2003, 2011) aos Estados nacionais, e aplicados com a anuência de setores corporativos e governamentais (Silva, 2002) das respectivas nações, as políticas de arranjos educativos (regionais e internacionais) a reconfiguração dos modelos político-institucionais das instituições de educação superior (IES) e, correlatamente, de seus modelos epistêmico-pedagógicos, que enfatizam programas e currículos formatados à imagem e semelhança das habilidades e competências requeridas nos mercados (Santos, 2020, p. 137).

Desvela o processo de desnacionalização do ensino e a participação de setores corporativos na condução do que se entende por eficiência: é eficiente a instituição que amplia suas margens de lucro, e não aquela que expressa preocupação com a qualidade do ensino. Sob essa perspectiva somada à necessidade de torna-se empregável, as IES privado-mercantis utilizam o *marketing* de formação para aprimorar a performance no mercado e destacar-se na competição com outros sujeitos. A qualidade é reduzida a possibilidade de obter a diplomação e estar supostamente mais preparado para o mercado.

As condições concretas de formação nesses moldes acarretam:

[...] o triunfo de modelos de organização do trabalho acadêmico capitaneados por gestores instados a otimizar as relações custo/benefício, insumo/produto, investimentos/resultados, em uma expressão, produzir com eficiência, otimizando

recursos, especialmente os humanos, para produzir o que pode acrescentar valor econômico (Santos, 2020, p. 146).

Nessa esteira, a baixa qualidade formativa, com conteúdos rasos e minimalistas, em detrimento ao acesso ao conhecimento social e historicamente produzido, e experiências em pesquisa e extensão, é somada a precarização do trabalho docente que pode ser considerada elemento fundamental no processo de produção de mais-valor e na valorização dos ativos na bolsa de valores.

Desta feita, a discussão realizada por Vale (2020), em “Trabalho docente no setor privado do ensino superior e reforma trabalhista: destruição de direitos e precarização da vida”, aborda os entrelaces entre empobrecimento da formação, uso intensificado das tecnologias e as condições de trabalho docente no contexto da reforma trabalhista.

Nesse cenário, o trabalhador formal passa a prestar serviço à empresa conforme a necessidade da mesma (o que equivale ao *just-in-time*): sua remuneração dependerá da modalidade de contrato que poderá ser integral, parcial, horista, ou, ainda, por produção de materiais padronizados. Não obstante, a reforma trabalhista acarretou a demissão em massa de centenas de docentes formais que, em seguida, foram contratados sem garantias trabalhistas, com salário reduzido e intensificação do trabalho por meio da relação desproporcional entre docente/tutor/aluno.

[...] tais ações ampliam a flexibilidade das relações de trabalho e precarizam as condições de assalariamento e de vida de uma grande massa de trabalhadores, em um quadro em que a educação superior brasileira está nas mãos de um setor privado hegemônico por grandes conglomerados de serviços educacionais, os maiores com capital aberto em Bolsa de Valores e presença de fundo público no financiamento de suas atividades, com majoritária preferência pela contratação pelas vias mais precárias (tempo parcial e horista) (Vale, 2020, p. 13).

Os oligopólios educacionais precarizam as formas de ensino e aprendizagem, empobrecem o processo formativo contribuindo para a reprodução material e simbólica do sistema capitalista. Também se articulam com as esferas de decisões para favorecer mecanismos legislativos e institucionais que estabeleçam subsídio estatal para beneficiar seus acionistas. A partir da lógica de expansão das margens de lucros, redirecionam seus investimentos para cursos mais lucrativos, com menos evasão e inadimplência, como atualmente se verifica com a expansão de cursos de medicina por todo país.

O artigo “Financeirização da educação superior privada no Brasil: expansão dos cursos de medicina nos grupos de capital aberto (2013–2022)”, de Carvalho, Sousa Filho, Goellner, Freire e Amitrano (2024), identifica que:

Percebe-se como, diferentemente da realidade de quase todos os demais cursos, o de medicina possui mensalidades significativamente altas. Segundo a consultoria Hoper Educação, os cursos a distância têm mensalidade média de R\$ 260. Assim, a receita gerada por um estudante de medicina equivale à de cerca de 30 estudantes de cursos EaD (Lima; Carvalho, 2023 *apud* Carvalho *et al.*, 2024, p. 09).

Além dessas características, a expansão dos cursos de medicina parte da demanda do País em aumentar o número desses profissionais para atender as parcelas da população por meio do Programa Mais Médicos (PMM). Esse programa realizou chamadas públicas para selecionar municípios com a referida demanda, bem como instituições de ensino superior para tal oferta.

[...] os grupos de capital aberto fizeram uso do PMM como estratégia de expansão e valorização de capital em graus variados. Os grupos Yduqs e Ânima são aqueles com maior representatividade de vagas e matrículas oriundas do PMM. [...] a distinção entre o patamar de vagas oriundas do programa em relação ao de suas matrículas sugere a adoção de uma estratégia de compra de vagas com fusões e aquisições de IES que já atuavam na educação médica antes do PMM (Carvalho *et al.*, 2024, p. 11).

Constitui-se o que Carvalho e Lima (2024, p. 16) definem de “cursos de graduação presencial em premium” em virtude do valor das mensalidades e do perfil de estudantes. Para finalizar o conjunto da análise dos artigos referentes à educação superior no Brasil, pontua-se a existência de 12 grupos empresariais concentrando o mercado educacional (Carvalho; Lima, 2024), indicando a formação de um possível cartel que, em 2018, “detinha quase a metade das matrículas da educação superior privada” (Carvalho; Lima, 2024, p. 06).

### **O debate chileno sobre a financeirização do ensino superior**

Em relação à produção científica que aborda o contexto chileno, obtivemos como resultado apenas o artigo “*Capitalismo académico: distinciones conceptuales y procesos contradictorios a propósito del caso chileno*”, de Brunner, Pedraja-Rejas, e Labraña Vargas (2020). O argumento desenvolvido apresenta a distinção entre as dimensões de mercadorização, privatização, mercantilização, comercialização e financeirização.

*Mercadización*

*la mercadización consiste en una intensificación del papel que uno o más de estos mercados desempeñan en la educación superior, modificando el uso de los mecanismos de control y comando estatales y de autorregulación de las universidades (Teixeira et al., 2004). [...]*

*Privatización*

*En términos empleados por Marginson (2018), se trata en este caso a la educación superior como bienes privados, en tanto que son producidos por el mercado y tratados como pertenecientes al sector no estatal. [...]*

*Mercantilización*

*es un fenómeno que ocurre desde el momento en que el bien educación superior in-gresa en la esfera de los intercambios de mercado y los estudiantes, o algunos de ellos, pagan un precio por los estudios, convirtiéndose, como suele decirse, en clientes (Giroux, 2014). [...]*

*Comercialización*

*En el marco más general de la comodificación del conocimiento, la mercantilización típica del capitalismo académico se acompaña de procesos de comercialización (commercialization), referidos a la incorporación de otras actividades universitarias —distintas de la educación formal conducente a grados y títulos académicos—, al mercado, extendiéndose a una amplia gama de servicios y productos que las instituciones proveen con el fin de generar ingresos (Slaughter y Leslie, 1997; Slaughter y Rhoades, 2004; Münch, 2014). [...]*

*Financiarización*

*La financiarización (financialization) abarca una amplia gama de actividades (Aalbers, 2019) que ponen en contacto directo a las instituciones de educación superior con los mercados financieros para obtener préstamos de largo [...] (Brunner; Pedraja-Rejas; Labraña Vargas, 2020, p. 28-29).*

A distinção entre essas dimensões de economia política objetivava analisar o amplo processo de privatização do sistema de ensino chileno que, segundo os autores, foi questionado amplamente pelos setores políticos e pelo movimento estudantil. É com o governo de Michel Bachelet (2014-2018) que a educação superior será considerada um bem público, decorrendo, daí, a redução do setor privado e o fortalecimento do compromisso público.

Embora essas iniciativas representassem avanços na educação País --que foi o laboratório da experiência neoliberal na América latina--, elas não conseguiram alcançar a mudança que objetivava:

*En efecto, la economía política del sistema permanece incólume; la mercadización y la provisión privada se sujetan a reglas y regulaciones adicionales; se reduce en alguna medida la mercantilización en favor de estudiantes provenientes de familias de menores ingresos, modificándose de paso el perfil del endeudamiento estudiantil; la comercialización podría estar aumentando y la financiarización sigue adelante con la expectativa de que próximamente podría disminuir el papel de la banca privada en la administración de la deuda del crédito estudiantil. Dentro de este cuadro, cabe concluir además que los efectos de empresarialización de las instituciones universitarias y su gestión de tipo gerencial no deben haber disminuido significativamente tampoco, pudiendo incluso haberse exacerbado en algunos*

*aspectos debido a la mayor presión evaluativa del Estado y al inicio de un estancamiento relativo del crecimiento económico del país (Brunner; Pedraja-Rejas; Labraña Vargas, 2020, p. 33).*

Sinaliza, dessa forma, que o contexto macro político e econômico se torna para os Estados-nações transformarem seus sistemas de ensino sob a ótica democrática e de bem público.

## Conclusão

A financeirização do ensino superior nos países periféricos manifesta-se pela crescente transnacionalização e, em consequência, pela desnacionalização do setor, marcada pela formação de oligopólios educacionais controlados por grupos de capital aberto. Esse movimento corresponde à incorporação do ensino superior à lógica de mercado, orientando a oferta de cursos padronizados, a ampliação acelerada da educação a distância e a conversão da formação universitária em um serviço massificado. Trata-se de processos que reforçam a privatização do setor, especialmente evidentes no Brasil e no Chile.

Nesse contexto, o conhecimento passa a operar como uma mercadoria essencial ao trabalhador, que é compelido a adquiri-la como condição para disputar postos de trabalho em um mercado cada vez mais competitivo. O custo da qualificação recai predominantemente sobre o indivíduo - ou sua família -, enquanto os ganhos decorrentes dessa formação são apropriados tanto pelas empresas educacionais com seus cursos, em geral rasos, quanto pelos empregadores, que passam a dispor de uma força de trabalho com a mínima qualificação sem arcar com os custos formativos.

Nos países latino-americanos periféricos, os impactos da privatização refletem as particularidades históricas, econômicas e políticas de cada sociedade. No Brasil, a privatização foi incorporada como estratégia estatal para ampliar o acesso ao ensino superior em um cenário de forte restrição da oferta pública. Como resultado, as instituições privadas correspondem a 87,8% do total de IES no país e concentram mais de 79,3% das matrículas da educação superior. Além disso, são responsáveis por 95,9% das matrículas na modalidade EaD (Capelato, 2025), o que reforça a legitimação social da centralidade do setor privado como um suposto mecanismo de democratização pelo aumento do acesso.

Esse arranjo foi reforçado pelo próprio Estado, que passou a financiar indiretamente grupos privados por meio de programas como FIES e Prouni e com a flexibilização da regulação da EaD nos últimos governos que antecederam o 3º. Governo do Presidente Lula, favorecendo

sua expansão como modalidade de baixo custo e alta lucratividade. Tais iniciativas contribuíram para fortalecer os oligopólios educacionais e consolidar a dominância do setor privado-mercantil.

A trajetória brasileira contrasta com a experiência recente do Chile, onde diferentes governos vêm tentando implementar políticas de desmercantilização e desprivatização do ensino superior, visando concebê-lo como bem público. No entanto, esses esforços têm produzido resultados limitados, revelando que a reversão da lógica mercantil exige regulações mais rígidas e mecanismos eficazes de controle do mercado - como indicam Carvalho e Lima (2024) ao analisarem a experiência brasileira de restrição à abertura de cursos e às mudanças no FIES durante a pandemia. Ainda assim, tais medidas, embora tenham freado momentaneamente o crescimento privado, também estimularam novas rodadas de fusões e aquisições, aprofundando a concentração do setor da educação superior (Carvalho *et al.*, 2024).

De modo geral, as produções analisadas evidenciam fortes convergências entre Brasil e Chile no processo de financeirização do ensino superior: abertura de capitais em bolsas de valores, transferência contínua de recursos públicos para empresas privadas, conversão da formação universitária em serviço-mercadoria e fortalecimento de grupos oligopolistas. A principal diferença encontra-se na escala e velocidade da expansão da EaD, que se configurou como elemento distintivo do caso brasileiro, embora recentemente o Ministério da Educação tente colocar alguns limites.

### Referências

ANTUNES, Ricardo. A precarização do trabalho como regra. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 153 – 168. (Coleção Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez Editora, 2017. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 58).

BRETTAS, Tatiana. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivante; GRANEMANN, Sara (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 93-120.

BRUNNER, José Joaquín; PEDRAJA-REJAS, Liliana; LABRAÑA VARGAS, Julio. Capitalismo académico: distinciones conceptuales y procesos contradictorios a propósito del caso chileno. **Bordón**. Revista de Pedagogía, [s. l.], v. 72, n. 3, p. 25–44, 2020. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/BORDON/article/view/72761>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CAPELATO, Rodrigo. **Mapa do ensino superior no Brasil**. Instituto Semesp: São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2025/02/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2025.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; SOUSA FILHO, Edson Machado de Sousa; GOELLNER, Isabella de Araujo; FREIRE, Nayana Rosa; AMITRANO, Claudio Roberto. Financeirização da educação superior privada no Brasil: expansão dos cursos de medicina nos grupos de capital aberto (2013–2022). **Educação e Sociedade**, n. 45, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/yDc9c9QwYXvx3nNJKWm5DTf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; LIMA, Raimundo da Silva. Estratégias e movimentos dos grandes grupos privados de ensino superior de capital aberto entre 2007 e 2021. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M4qpBdyP34BGXnkpZGtXsxf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CASAGRANDE, Ana Lara; MAIESKI, Alessandra; ALONSO, Katia Morosov. As contingências e condições objetivas da “eadização” do ensino superior presencial. **Educação e Sociedade**, n. 43, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Cz8ghbJjvmPsKwh6zcs8VPj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2025.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**. Edição 5. Artigo 2. 2001. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; SIQUEIRA, Romilson Martins. Educação superior a distância no Brasil: flexibilização regulatória, expansão e privatização. **Educação e Sociedade**, n. 45, p. 8–27, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/CNnhVmX7FVstHbHRnq7Hkps/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2025.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2º ed. São Paulo, Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social, v. 01).

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 4–22, 2012.

SANTOS, Eduardo. Da geopolítica das potências à geopolítica do conhecimento: financeirização e epistemologias de mercado na educação superior brasileira. **Revista Lusófona de Educação**, v. 48, n. 48, 2020. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7321>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SANTOS, Maria Caroline Cavalcante dos; RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. Expansão do Ensino a Distância: a Universidade Pitágoras Unopar sob a lógica da financeirização. **Práxis Educativa**, [s. l.], v. 19, p. 1–18, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22828>. Acesso em: 8 jul. 2025.

SPOSATI, Aldaiza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 23, v. 7, p. 2315-2325, 2018.

VALE, Andréa do Araújo do. Trabalho docente no setor privado do ensino superior e reforma trabalhista: destruição de direitos e precarização da vida. **Arquivos de Análise de Políticas Educacionais**, [s. l.], v. 28, p. 10, 2020. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/4935>. Acesso em: 8 jul. 2025.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

### Sobre os autores

**Luciene Araújo**. Doutoranda em Educação no PPGED/UFRN. Bolsista CAPES - demanda social. Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais - PPGSSDS/UERN.

Contribuição de autoria: conceitualização, escrita - revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4776263620309654>

**Antonio Jorge Gonçalves Soares**. Professor Titular da Faculdade de Educação - UFRJ. Professor Visitante Sênior UFRN-PPGED. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Contribuição de autoria: conceitualização, escrita - revisão e edição.

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9726601553271394>

### Como referenciar

ARAÚJO, Luciene; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. O ensino superior como território colonizado pelos processos de financeirização. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, e18760, 2026. DOI: 10.22481/praxisedu.v22i53.18670